

## NAS VEIAS DO JORNAL: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A CARTA PASTORAL DE D. PEDRO CASALDÁLIGA

Águeda Aparecida da Cruz Borges  
(UniAraguaia/UFMT)

**RESUMO:** Este texto foi extraído de um dos capítulos da nossa dissertação de mestrado e tem como objetivo mostrar como funciona o discurso jornalístico. O *corpus* se constitui de recortes de jornais publicados na década de 70, que deram repercussão à Carta Pastoral: “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalidade social”, de D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. Buscamos fundamentos no dispositivo teórico da Análise de Discurso francesa, difundida no Brasil por Orlandi e colaboradores.

*É porque a língua é capaz de equívoco*

*que ela é capaz de política.*

Pêcheux & Gadet, 1981.

Fundamentados na Análise de discurso (daqui por diante AD), teoria crítica da linguagem, a qual vem constituindo, no fio das ciências sociais e humanas, uma disciplina de reinvestigação sobre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito é que desenvolvemos este trabalho.

Nessa perspectiva, não é possível estudar as práticas discursivas fora da sociedade, pois os processos que as constituem são histórico-sociais. Elas funcionam como elementos de mediação necessária entre o homem e sua realidade.

Michel Pêcheux, fundador da AD, na construção da teoria, coloca em articulação saberes científicos da lingüística, enquanto teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos não subjetivos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos; o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias.

Essas três regiões teóricas são atravessadas pela teoria do sujeito da psicanálise, que foi reformulada por Lacan, através de seu ‘retorno a Freud’, a qual trabalha com a idéia da não transparência do sujeito.

Assim, a AD articula a materialidade lingüística, o histórico-social, o político e, seu campo teórico é atravessado pelo sujeito psicanalítico.

Como essa teoria trabalha levando em conta as condições reais de produção da linguagem, considera-se que há lugares para o sujeito dizer, ele se inscreve em posições determinadas ideologicamente numa conjuntura sócio-histórica dada.

Há sentidos que estão em movimento nas sociedades, historicamente. Dessa maneira, o sentido não tem origem e pode mudar de acordo com os diferentes acontecimentos.

Nessa extensão é que há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. A interpretação do discurso é sempre regida por condições de produção específicas, que aparecem como universais e eternas. É a “ideologia” que produz o efeito de evidência e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados admitidos como “naturais”. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo Interdiscurso (a memória discursiva ideológica).

Conceituar ideologia na AD é dizer que ela não é dissimulação, mas interpretação do sentido (em uma direção) por efeito do pré-construído. Ela não se relaciona à falta, mas ao contrário, ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência porque se assenta sobre o mesmo, o já lá. É o efeito de unicidade do sujeito e da linguagem. (ORLANDI, 1996).

O que se pode afirmar, nessa perspectiva, é que não há sujeito isento de ideologia e nem discurso do sujeito, pois nele os sujeitos se dispersam e o sentido é efeito da memória.

O interdiscurso é o lugar do não dito, e não é diretamente observável, é todo o conjunto de formulações realizadas e já esquecidas que determinam o que dizemos, refere ao campo da exterioridade, da história, da memória. É oposto ao Intradiscurso onde se trabalha o campo lingüístico, a linearidade da cadeia, a formulação, ou seja, aquilo que estamos dizendo num momento dado, em dadas condições.

Existem duas noções, que estão na base do mecanismo da argumentação nos processos discursivos e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: a primeira é a noção de antecipação, sustentada pelas formações imaginárias (posições sujeito); a segunda é a noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva). (ORLANDI, 1998).

No caso do discurso Jornalístico, que é o que nos interessa neste texto, podemos recorrer à noção de antecipação, amparada pelo funcionamento das formações imaginárias, e dizer que a imagem que o sujeito jornalista faz de si mesmo é aquela de que ele possui a informação verdadeira sobre um determinado fato e está autorizado, pela instituição, a dizer o que sabe, ocupando imaginariamente uma posição de imparcialidade.

Em relação à imagem, o jornalista, faz do seu leitor virtual é a de que este não conhece e precisa conhecer a informação, ou se já conhece necessita de complementá-la.

A respeito do sujeito leitor, podemos dizer que o jogo de imagem funciona da seguinte maneira: a imagem que ele faz de si próprio é a de que precisa estar informado, estar a par do que ocorre na sociedade em que se encontra inserido.

Sobre a imagem que o sujeito leitor faz do sujeito jornalista registramos o seguinte: além do jornalista saber dos fatos, estes são verdadeiros, já que a sua função é a de buscá-los nos lugares onde eles acontecem, para assim passá-los à frente.

Salientamos que o trabalho com as formações imaginárias está ligado às Formações Discursivas (FDs), uma vez que os sujeitos envolvidos (jornalista, leitor) são projeções imaginárias de posições na estrutura social, melhor dizendo, são posições constituídas nos processos discursivos, e não em indivíduos empíricos.

Ainda a esse respeito, Orlandi (1987:26) coloca que “prever faz parte da estratégia discursiva, é situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir do seu lugar de locutor, o que revela a possibilidade de respostas, o escopo do discurso”.

É preciso lembrar, segundo Zoppi-Fontana (1997), que para uma abordagem discursiva que assume os pressupostos teóricos percorridos aqui, a exterioridade não é aquela que apontaria uma objetividade empírica fora da linguagem (o contexto ou a situação a que numerosas teorias sobre a enunciação fazem referência). No nosso caso, é uma exterioridade que intervém materialmente

na textualidade como interdiscurso, i.e., como uma memória do dizer, que abrange o universo do dizível e que “fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. (Pêcheux, 1975).

Assim, conforme Zoppi-Fontana (idem) o interdiscurso é o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade.

É, pois, importante estarmos atentos ao modo como se processa a ruptura conceitual analítica da AD em relação ao campo das ciências sociais<sup>1</sup>.

É nessa linha de reflexão, que pensamos a questão da heterogeneidade e da diferença: todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe, etc.), e com o interdiscurso (que o determina). Pela heterogeneidade um discurso traz em si sua relação com vários outros, que fazem parte do seu modo de significar.

Conforme Orlandi (op.cit.), podemos dizer, em termos bastante gerais, que a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrásico e o polissêmico. Isto é, de um lado há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é a manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o “mesmo” e o “diferente” Orlandi (1978), entre a paráfrase e a polissemia.

É na relação entre o dito e o não-dito em certas paráfrases que temos a possibilidade de ver o mecanismo de diferenciação interna das FDs.

Sendo assim a polissemia é a multiplicidade de sentidos e as paráfrases são as formulações diferentes para o mesmo sentido, ou de outra forma como diz Orlandi (ibidem): em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo e na polissemia, a produção da diferença.

Essa relação se dá com a memória, que por sua vez é constituída pela ideologia, que coloca em jogo a relação entre a situação e os locutores e estes com a historicidade, interdiscurso, permitindo a retomada de sentidos pré-existentes.

---

<sup>1</sup> Pêcheux querendo provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais escolhe o discurso e a AD como lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (teoria do discurso) e praticamente, constituindo um dispositivo experimental. (P. Henry, 1990).

É daí que se dá a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição: é o que permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização). A interpretação se faz assim entre a memória institucional (arquivo) e os é a possibilidade do sentido vir a ser outro, no movimento efeitos da memória (interdiscurso). No domínio do arquivo a repetição congela, estabiliza, no domínio do interdiscurso a repetição contraditória entre o mesmo e o diferente. (ORLANDI, *ibidem*).

No sentido de se realizar a análise da relação discurso-língua, a autora (1983:235) propõe que se identifiquem as marcas lingüísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos. Tais marcas podem derivar de qualquer nível de análise lingüística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes do texto, texto).

Orlandi ainda adverte que as marcas “não funcionam mecanicamente” devendo ser tomadas como pistas<sup>2</sup>.

Não é nosso objetivo exaurirmos esta questão, pois vários autores já o fizeram, porém para encerrar as colocações precedentes buscamos novamente Orlandi (1990: 35), que diz que “a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa colocar-se no interior de uma relação de confronto de sentidos”. Daí podermos conferir que a concepção de sentido estabelece o limite e a intersecção dos objetos da lingüística e da AD, ou seja, a lingüística interessa-se pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a AD interessa-se pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua como um processo.

Pautada neste quadro referencial teórico nos resta então seguir as observações sobre o *corpus*.

Então, no que foi constituído historicamente sobre a **questão da terra**, nos registros da Carta Pastoral, (doravante CP) intitulada: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a Marginalização Social*, de D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia,

---

<sup>2</sup> As pistas não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é (...) indireta. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivo”, como na lingüística. (Orlandi, 1988:54)

MT, que foram publicados em jornais nacionais e internacionais, na década de 70, que desenvolvemos nossas análises.

## O Corpus

A escolha de um objeto para ser analisado, com fundamentação na AD não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações, pois fazem parte de um *passado real que pulsa em nós na espessura do nosso corpo*<sup>3</sup>, ou seja, é estar num certo tempo presente que mobiliza um certo passado e fala de um lugar da memória que, estruturado pelo esquecimento, funciona, significa por não lembrar.

Trazemos a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985):

A memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

O dispositivo complexo da memória, ainda com as palavras de Pêcheux, sempre vai colocar em jogo a passagem do visível para o nomeado, no qual a imagem atua como operador da *memória social*<sup>4</sup>, trazendo consigo um programa de leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento discursivo que sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento novo, que perturba a memória já estabelecida.

Parafraseando Orlandi (ibidem), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter o *corpus* bruto, empírico, neste caso os jornais que publicaram a CP, em um objeto teórico, que critique a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas. Em outras palavras, o trabalho, nessa perspectiva, começa pela conformação do *corpus* e se estende em todo o processo de sua construção.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, I *Encontro de Linguagem História e Cultura*, Cáceres-MT, fev/2000.

<sup>4</sup> Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade, entre as épocas./Mariani (idem)

A AD não trabalha com um “modelo de análise” que atenda a todo e qualquer discurso. Os procedimentos metodológicos já passam, desde a delimitação do *corpus*, por um movimento analítico sustentado no aparelho teórico.

Segundo Courtine (1981, p. 24), parte-se de um “universo discursivo”, entendido por Dubois (1969) como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um campo discursivo de referência que se define como um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um corpus empírico.

Assim, todos os jornais que divulgaram, comentaram, polemizaram, contrariaram a CP, a própria Carta e documentos que foram fundados a partir dela compõem um campo discursivo referencial, sobre o qual, a partir de um gesto analítico constante, que é o que se prima na metodologia da AD, debruçaremos para realizar as análises.

Sendo, o *corpus*, na AD, provisório e instável, a partir das análises se organizam os *recortes discursivos*<sup>5</sup> que o compõem.

No universo dos jornais que publicaram a CP selecionamos, para constituir o *corpus* a ser analisado, os abaixo elencados:

O Jornal O SÃO PAULO da arquidiocese de São Paulo, que já em 23/10/71, comentava com destaque a Carta, e no dia 20/11/71 falava da repercussão que ela estava provocando.

O JORNAL DO BRASIL do Rio de Janeiro, que no dia 11/11/71, publicou editorial: DENÚNCIA DO BISPO, seguido dos dizeres: “Não há dúvida de que o documento do Bispo de São Félix não pode cair no vazio. Surge num momento, de certo modo propício e fere **um tema** que está na cogitação das autoridades, empenhadas em integrar um **País de proporções continentais**, como é o nosso”.

O ESTADO DE SÃO PAULO, defensor e porta-voz dos latifundiários, publicou editorial com o seguinte título: “A MÁ FÉ E A DEMAGOGIA DESTE BISPO” (13/11/71) e o JORNAL DA TARDE( 15/11/71), também de São Paulo publicou: “A INJUSTIÇA DO DOCUMENTO SOBRE A AMAZÔNIA”. Os dois editoriais defendem os latifundiários, apresentados como

---

<sup>5</sup> A noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi (1983:128-9; 1984:13-7) para separar o gesto do lingüista, que se segmenta na frase, do gesto do analista de discurso que, ao recortar uma seqüência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem e situação.

**desbravadores.** Esses editoriais foram elogiados pela Associação dos **Empresários Agropecuários da Amazônia** e pelo dono da Fazenda Suiá-Missu, Hemínio Ometto. O jornal “TRIBUNA DA IMPRENSA”. (11/11/71), do Rio de Janeiro, transcreve trechos da Carta, dando eco às denúncias do bispo. Ainda o Jornal O GLOBO (16/11/71), A FOLHA DE SÃO PAULO (11/11/71), O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ribeirão Preto, SP; O ESTADO DO PARANÁ, PR e FOLHA DO NORTE, PA.

A Nunciatura Apostólica reivindicou cópia do documento que foi traduzido para vários idiomas.

Tamanha repercussão provocou a reação das autoridades.

O Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo e o Ministério do Interior negaram-se a falar sobre a Carta aos jornalistas. Já a SUDAM, através do Cel. Igrejas Lopes, disse que o assunto já era do conhecimento dos organismos de Segurança, e que o “nosso país – é democrático e assegura a qualquer um ter **terra, latifúndios** ou **minifúndios**”. (*Jornal do Brasil*, 11/11/71). O *Jornal A Folha do Norte*, 11/11/71, de Belém do Pará reproduz as críticas do Cel. Igrejas, com a seguinte manchete: “BISPO SEM FÉ PARA IGREJAS”. O Coronel dizia que o documento era “**subversivo**” e “**caluniador**”.

O Presidente do INCRA, José Francisco Cavalcanti, disse que “as denúncias representam uma realidade que deverá ser modificada em breve com as iniciativas já estruturadas de **discriminação de terras**”. (*Jornal do Brasil*, 12/11/71)

O Senador Correia da Costa, da Arena de Mato Grosso, afirmou que “jamais teve conhecimento de **trabalho escravo** no Mato Grosso... e que em Mato Grosso reina **paz social**”. (*Folha de São Paulo*, 11/11/71)

O Governador do Estado, José Fragelli, disse que “o Bispo exagerou ao denunciar injustiças”. (*Jornal O Globo*, 16/11/71).

É preciso lembrar que a “Igreja de D. Pedro” está inserida na Teologia da Libertação e que o político é um dos seus elementos cruciais. Segundo Eni Orlandi, em “*Fé e Opressão*” (1996), *a Teologia da Libertação é a legitimação dos movimentos sociais que apareceram na América Latina, nos anos 60*.

Sem cair na ilusão de poder resgatar origens, trazemos para compor este trabalho algumas reminiscências, certamente determinadas por razões histórico-pessoais, que vimos percebendo, no processo de elaboração do trabalho.

### **Nas veias do jornal**

A leitura que a imprensa faz dos acontecimentos, mais especificamente, como o discurso jornalístico produz sentido e memória, não é nada ingênua. O ato de noticiar, como descreve Mariani (1999), “não é neutro nem desinteressado: nele se encontram entrecruzando-se os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes, bem como ainda que indiretamente dos leitores”.

Assim como outras instituições, a imprensa também pertence ao jogo de forças da sociedade. Avaliamos que ela funciona como forma de “atiçar”, “pôr fogo” no confronto de posições políticas.

Outro fato a ser considerado em relação ao discurso jornalístico é o de que ele representa um discurso institucional específico que objetiva apagar os quantos enunciadores ele congrega. Seguindo o raciocínio de Mariani (idem), a prática jornalística é heterogênea durante o seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizada quanto ao produto final.

A mídia inventa, a todo o momento, novas estratégias para atrair leitores e/ou telespectadores. Organiza, coordena os acontecimentos cotidianos mostrando as diversas possibilidades de apresentá-los.

Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que ocorre um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas/nas notícias. A atuação da imprensa nos dias atuais influencia, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. Como diz Mariani (ibidem), está cada vez mais em evidência o aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia.

É assim que cada jornal vai construindo uma versão do mundo específica e diferente: a imagem da CP, por exemplo, vai mudando conforme ela é falada nos jornais.

Não podemos desconsiderar o modo como um leitor interpreta a notícia, um leitor atento percebe, logo de início, ao ler o jornal, o quanto cada modo de construção textual da notícia

também influi na produção de sentidos. O que tal leitor, mesmo sendo mais atento, pode não se dar conta é que o entendimento do processo de construção dos sentidos não pode ser esgotado somente através de uma análise do tipo gramatical, presente em cada jornal, pois não se trata ali apenas de uma mera organização de frases e palavras, estruturadas sob regras, que esconderiam o ‘verdadeiro’ sentido nas entrelinhas do texto. (MARIANI,1999).

De acordo com Orlandi (1996), quando se lê, considera-se não somente o que está dito, mas também aquilo que não está dito e que também está significando.

E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe...Ou seja, podemos dizer que há relações de sentidos que se estabelecem entre o que o texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e o que os outros dizem.

Essas relações de sentido atestam o funcionamento do interdiscurso e, no caso dos jornais analisados, a intertextualidade, i.e., a relação de um texto com outros textos.

Então, as notícias publicadas demonstram na sua constituição textual traços histórico-sociais, que fazem parte dos processos de significação.

O que expusemos até então se presta a quebrar com a imagem, cultivada durante séculos, de que o discurso jornalístico é isento de pré-julgamento, imparcialidade, neutralidade, objetividade de informação.

Segundo Junkes (1994), é na utilização da notícia que se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, visto os jornais serem conduzidos pelas classes dominantes em conflito, em que cada qual carrega grupos em disputa pelo poder.

A autora acrescenta que a notícia assim como os livros didáticos, principalmente os doados pelo governo, são informações transformadas em mercadorias pelo fato de serem manipulados pelo poder político-econômico que os sustenta.

Em uma entrevista para a *Revista Imprensa*, nº 128 de 1998, O jornalista Paulo Henrique Amorim fala do que ele considera uma grande ameaça à liberdade e qualidade de informação no Brasil: “a concentração de atividades ligadas à comunicação está nas mãos de uns poucos grupos. A legislação está cada vez mais permissiva quanto a isso. Adverte ainda: Você pensa que existem 800 órgãos de imprensa e na verdade, são um ou dois empregadores”.

Além do mais, conforme Mariani (*op.cit*) a “objetividade” dos fatos, ou seja, sua visibilidade evidente, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído. Sendo assim, os jornais ao relatar os acontecimentos já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

Podemos assim dizer que o discurso jornalístico está submetido ao jogo das relações de poder vigentes e que o que existe é uma ilusão da neutralidade, imparcialidade, informatividade.

Ainda que a notícia provoque nos leitores as mais diversas reações, resultantes de cada gesto interpretativo, já marcado por um interdiscurso, o jornal atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. A própria materialidade impressa do jornal: a estrutura lingüística, a linearidade textual, e exigência das regras extraídas dos manuais de redação, fazem com que se sustente a aparente neutralidade do discurso jornalístico.

Entendemos que essa representação da neutralidade termina por produzir a ilusão de que o sentido está apenas na relação leitor/texto, apagando aquilo que concebemos enquanto sentido. Na perspectiva enunciativa desenvolvida por Guimarães (*op. cit.*), os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.

A respeito da suposta posição de imparcialidade jornalística, reconhecemos que ela se mantém pela própria história da instituição<sup>6</sup>, que ao negar o sujeito narrador, a partir de suas regras e constituição sob o discurso jurídico, atribui ao leitor/ouvinte, a responsabilidade por qualquer que seja a interferência no sentido, que posto no jornal, supõe-se ser o único, verdadeiro e transparente.

O jornal assume um caráter didático em que as explicações têm, muitas vezes, a forma de causa/conseqüência. Também a operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional como modo de didatizar as informações. Nesse sentido ele organiza a estabilização de determinados sentidos e apaga outros *possíveis/dizíveis*.

---

<sup>6</sup> Sobre o processo de formação da imprensa, ver Mariani (1999). A instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada.

No caso específico do discurso jornalístico sobre a CP, ora confrontamos posições de explicação a seu respeito (esse certo didatismo), ora se apaga qualquer possibilidade que seja do leitor polemizar, questionar, pois os fatos vêm como afirmações absolutas, definições precisas como apresentamos nos recortes elencados abaixo, o primeiro determina a hora da integração na Amazônia e quem deve fazer parte do processo:

**(A) O documento do Bispo surge num momento propício e fere um tema que está nas cogitações das autoridades empenhadas em integrar um país de proporções continentais como o nosso. Esta é a hora, portanto, de o governo examinar a denúncia de um Bispo que vive na Amazônia e se sente no dever moral de contribuir para um regime de justiça social que é não apenas uma causa do governo, mas de todos os brasileiros.** (Jornal do Brasil, 11-11-1971)

Nesse caso o jornal afirma, define quando Estado e Igreja devem estar juntos na integração do país = **Amazônia: Momento propício, esta é a hora**. Dá explicações sobre o evento, a causa que moveu o bispo a fazer a denúncia e ainda, pelo funcionamento de **não apenas** e, **mas**, enquanto operadores na argumentação, omite a opinião em relação a quem deve participar da integração, ou seja, atribui **a todos os brasileiros** a ação de integrar a Amazônia, eliminando dessa forma a responsabilidade do governo, que é o proponente do Programa de Integração, através da SUDAM. Constrói-se nesse dizer uma orientação, uma direção de leitura sobre o acontecimento.

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou imprevisíveis. Em seu funcionamento ele insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem um encadeamento de explicações sobre aquilo que se fala. (MARIANI, *op. cit.*)

Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento um dos aspectos de persuasão que envolve o leitor.

O que acontece é que, pelo discurso jornalístico, vão se cruzando vários discursos como é o caso do religioso, neste caso específico, o católico da Teologia da Libertação, ou o político como é possível notar na fala do Ministro do Interior, que não comenta as denúncias da CP porque:

(B) “Ela é **mais** da área da SUDAM”. (*Jornal do Brasil*, 11/11/71)

É interessante perceber que ao utilizar o advérbio de intensidade **mais** o Ministro deixa subentendido que o assunto é também de interesse do Ministério do interior. Mesmo que este não queira admitir, isso fica posto no discurso.

Ou como segue:

(C) O Presidente da FUNAI, Gal Bandeira de Melo, afirmou ontem que não pretende abrir debates com as missões religiosas e negou-se, **terminantemente**, a prestar declarações a respeito do documento divulgado pelo bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, **que ele diz** criticar “o abandono em que se encontram os índios Carajás”, e **só falou do trabalho da FUNAI**. (*Jornal A Tribuna da Imprensa*, RJ, 12/11/1971)

Situação conveniente para o Presidente que prefere:

(D) Ao invés de falar a respeito das denúncias feitas na CP, O Gal. preferiu proferir uma palestra, **bastante didática**, ilustrada com projeção de slides para **explicar a ação da FUNAI**.

“A FUNAI preparou 70 técnicos de indigenismo para cuidar dos 123 postos (...) o posto indígena é a unidade básica da FUNAI...” **explica o ministro**. (*Jornal O Estado de São Paulo*, 12/11/71)

(E) Bandeira de Melo **só expôs uma idéia geral da política indigenista do país**. Não respondeu a perguntas relativas às denúncias do Bispo de São Félix do Araguaia, **que considerou** “violenta”. (*Jornal da Tarde*, São Paulo, 11/11/71).

Aí se confunde o pedagógico e o político, que atravessam o jornal explicando, quantificando, dando esse certo didatismo à linguagem jornalística.<sup>3</sup>

Além disso, observamos que ao relatar que o Presidente da FUNAI nega-se a falar sobre a CP, o jornal interpreta essa negação pelo funcionamento do advérbio de intensidade: **terminantemente (C)**, que determina o modo da negação e assim mostra que a neutralidade

---

<sup>3</sup> N. Lage afirma que entre “a linguagem jornalística e a linguagem didática” há diferenças, pois a primeira é por definição referencial, enquanto que na segunda predomina a metalinguagem, isto é, a explicação ou definição de um item, léxico por outro. De acordo com Mariani (*ibidem*:65) e contrariamente ao autor as análises realizadas para o discurso jornalístico, demonstram que ele funciona de modo a além de informar, persuadir, inculcar o leitor.

jornalística é mesmo aparente. E também do advérbio **bastante** determinado pelo adjetivo **didática**, que estabelece o modo da palestra, e por que não, a posição do jornal, ao intensificar a qualificação da mesma: palestra **bastante didática (D)**. Avalizando, dessa forma, os discursos tanto do Ministro do Interior quanto do Presidente da FUNAI.

Como podemos observar os advérbios funcionam como operadores de argumentação e indicam a posição do sujeito que enuncia. Sobre esse funcionamento ver Guimarães & Orlandi (1988).

Algo que nos chama a atenção nos exemplos recortados é a forma como o jornal coloca que o Presidente não falará sobre a CP. Ao mesmo tempo em que restringe o discurso do *outro* pelo sentido derivado do advérbio *só*: *só falou do trabalho da FUNAI em (C)*. *Só expôs uma idéia geral da política indigenista no país*, expressa uma marca explícita de heterogeneidade, em que a presença do discurso do Presidente, entre aspas, abre um espaço no interior do discurso jornalístico e acentua sua posição em relação à CP: *Que ele diz criticar* “o abandono em que se encontram os índios Carajás”. (C), e *que considerou* “violenta”.(E).

Esse paradoxo nos move a buscar fundamentação em Authier (1981:127). Com base na autora, podemos dizer que as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito dele discorda. Elas, as aspas, segundo a autora funcionam para assinalar uma recusa, uma rejeição ao que está sendo incorporado, por seu intermédio o sujeito do discurso questiona a veracidade, a adequação ou a pertinência do discurso do *outro*.

No que toca aos exemplos que trouxemos é importante lembrar que a polêmica aí criada configura-se no discurso do General Bandeira que, ao negar-se a comentar sobre a CP, inscreve-se numa posição desfavorável a ela.

Dessa forma, o jornal constrói uma imagem de si mesmo como de quem se mantém numa posição imparcial em relação ao fato. Essa imagem se sustenta no funcionamento do discurso direto que, segundo Mariani (1998), tem por característica provocar uma ruptura sintática: **que ele diz criticar, que considerou**. Nos recortes que selecionamos para exemplificar, fica nitidamente delimitado na cadeia discursiva, o objeto: **Criticar o quê?** “o abandono em que se encontram os índios Carajás”. **Considerou o quê?** “Violenta”, que é extraído da cadeia

enunciativa normal e remetido a outro lugar. Então o jornal dá eco à vozes diferentes e se distancia.

A noção de heterogeneidade refere o ‘enunciável’ e não apenas o ‘gramatical’. Além disso, refere à produção no sujeito da ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação. Produz no dizível, um recorte importante.

O que podemos perceber é que o jornal faz ouvir “tantas vozes” com perspectivas ou pontos de vista que podem ser identificados, ou não, com o leitor interlocutor.

O jornalista projeta a imagem de um observador imparcial, produzindo um efeito de distanciamento sobre o que fala. E como não se ‘envolve’ com a questão cria o espaço para emitir opinião, explicar, formar juízos de valor.

Se antes a imprensa posicionava-se como veículo neutro e imparcial, hoje, como diz Mariani (ibidem) ela tanto pode lançar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendência de opinião e dar-lhe visibilidade.

Tudo o que expusemos até aqui não quer dizer que a imprensa é absolutamente autônoma e responsável pelo modo como produz as notícias e para entendermos melhor essa questão é necessário conhecer o caráter institucional da *prática discursiva jornalística*.<sup>4</sup>

Conforme Mariani (*op.cit*), a produção de sentidos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos jornalistas, uma vez que eles também são sujeitos históricos, dos leitores e da linha política dominante do jornal.

Dissemos a partir de **C, D, E** que o discurso direto provoca uma ruptura sintática na cadeia enunciativa. Já o discurso indireto não tem compromisso com a textualidade original do discurso citado, o locutor aí o reformula ao seu modo.

É papel do jornal, enquanto autorizado, institucionalizado para tal, organizar as matérias, os outros discursos de modo a mostrar que pode haver várias opiniões sobre um determinado

---

<sup>4</sup> Lembremos que, de acordo com Pêcheux (1988), a noção de prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção de prática de sujeitos, que seriam totalmente responsáveis (e portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras. ‘Todo sujeito, diz ele, é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve isso pela determinação (...) do complexo de formações discursivas (FD) no qual ele é interpelado em ‘sujeito - responsável’.

fato, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. Recorro mais uma vez à Mariani Sampaio (ibidem: 67), que diz:

Em uma palavra a imprensa deve desambigüisar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências: desse modo, quando relatam os acontecimentos, os jornais já estão lhes determinando sentidos.

Em relação à instituição que autoriza o dizer jornalístico, podemos acrescentar que não é porque há normas institucionais organizando esse dizer que a prática discursiva necessite de estar amarrada às normas, pois as instituições com normas, regras, também são conseqüentes de processos de linguagem.

Para Foucault a noção de instituição trata da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso. É pelo funcionamento do discurso que observamos como se dá a legitimação da instituição.

Esse é um processo que funciona no sentido de tornar a instituição ‘evidente’ e naturais os discursos que dela ‘emanam’.

Pelo que pudemos observar, a partir dos recortes que utilizamos para mostrar um pouco sobre o funcionamento do discurso jornalístico, é que embora tratem do mesmo assunto, ou seja, *a denúncia sobre o latifúndio e a marginalização social* feita na CP, em **A,B,D,E**, os Jornais: *o Estado de São Paulo, SP; Jornal da Tarde, SP*; se inscrevem numa posição desfavorável às denúncias do bispo, enquanto que no **C**: *o Tribuna da Imprensa, RJ*;, inscreve-se numa posição que favorece a denúncia.

Conforme já foi dito neste trabalho, a prática discursiva não é neutra, imparcial, ou transparente. Os sentidos vão se configurando movidos e controlados pela memória discursiva, são mobilizados interdiscusivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. É aí que se cria a ilusão do sujeito, o qual não tem domínio do seu dizer, pois não é onipotente.

Para contemplar as nossas reflexões trazemos mais um exemplo:

(F) *Não há dúvida, porém, de que o documento do Bispo de S. Félix do Araguaia, perfilhado, pela CNBB, não pode cair no vazio. O país está motivado **nesta hora** para a **grande** tarefa da integração. O plano da Amazônia fascina a imaginação nacional e desperta **justo**... Há três dias o Presidente da República anunciou mais uma medida de impacto, com a iniciativa do PRODOESTE, que cobrirá a última região que faltava para incorporar-se à **gigantesca** rede de frentes de trabalho em que, **com inegável êxito**, vem operando o governo federal.* (Jornal do Brasil, 11/11/1971).

Não podemos esquecer que em 1971 os interesses eram dos militares, que na figura do presidente Médici comandavam o país, plena ditadura militar, sendo assim, o que quis dizer o jornal com o exagero na colocação de adjetivos: **grande tarefa da integração, gigantesca rede de frentes de trabalho?** O que não disse com: **inegável êxito?** ...

A ênfase dada ao Programa do Governo, Plano de Integração da Amazônia (PIA), é exagerada e por mais que se coloque que o **documento do Bispo não pode cair no vazio**, é disso que o jornal faz uso para salientá-lo.

Sabemos que em AD se fala de “a” para não se falar de “b”. Também, que não há domínio consciente, nem controle pessoal dos processos discursivos. O que fica no processo de produção de sentido, que é histórico e no qual há um jogo entre história e ideologia são efeitos de sentido. Esse efeito que as condições de produção determinam tem aqui uma direção, a de promover a política do governo: na época o Plano de Integração da Amazônia.

Por aí podemos dizer que o Jornal ao dizer que **não há dúvida que o documento do bispo não pode cair no vazio** produz mais um mecanismo textual de produção do efeito de imparcialidade.

As considerações feitas neste texto permitem avaliar o discurso jornalístico, de acordo com Mariani (*op.cit.*): (...) como monumento histórico-textual, ou seja, como constitutivo e constituído por confrontos históricos nem sempre visíveis nem para os leitores e, às vezes, nem mesmo para a própria imprensa.

Portanto, o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história, nesse caso mais um trecho da história sobre a **questão da terra**, no Brasil, circulada nas “veias” dos jornais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras Incertas**. Campinas Editora da Unicamp, 1998.
- BOFF, L. Teologia da Libertação: o grito articulado do Oprimido. In: **O caminhar da Igreja com os oprimidos**. *Vozes, s/d*.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- Cadernos de Estudos Lingüísticos, 19. **O discurso e suas análises**. Campinas, IEL/UNICAMP, 1990.
- DINES, A., VOGT, C., MELO, J. M. (orgs). **A imprensa em Questão**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português, Campinas, SP, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do sentido**. Campinas, Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. Texto e enunciação. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, n. 23, 1995. p.63-67.
- \_\_\_\_\_. Interdiscurso, textualidade e argumentação. **Signo y Señal. Revista del Instto de Lingüística de la Fac. de Filosofía y Letras**. n.9, 1998. p.427-435.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, SP, Pontes, 1989.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, F.; FERREIRA, Maria Cristina Leandro.(orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**, Porto Alegre, RS, Editora Sagra Luzzatto 1999.
- LAGE, N.. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática, 1990.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

ORLANDI, E. P. O estatuto do liberal e a reforma da terra. In: *Religião e sociedade*, 12/3, 1983.p. 65-73.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. SP, Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas. Ed. da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Discurso Fundador. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional**. Campinas, Pontes, 1993.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In GADET, F. &HAK, T. **Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**.\_Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. In ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura, da história no discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994: 55-67.

\_\_\_\_\_. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas, Pontes, 1990.

SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura, a comunicação e seus produtos**. Petrópolis, Vozes. 1998.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos Modernos, discurso e representação**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.